



O DISCURSO DE RESISTÊNCIA NAS MANIFESTAÇÕES DO “NI UNA MENOS”

THE RESISTANCE DISCOURSE IN THE “NI UNA MENOS” MANIFESTATIONS

Carolina FERNANDES¹

Larissa do Prado MARTINS²

RESUMO

O presente trabalho busca compreender como se produz o discurso de resistência na formação discursiva em que se filia o movimento³ *Ni una menos*, a partir dos princípios teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD) de vertente materialista. Para isso, foram definidos recortes discursivos que circulam durante as manifestações vinculadas ao *Ni una menos*, e por meio destes, buscamos compreender de que forma essas mulheres resistem à ideologia patriarcal atualmente, atentando-nos ao modo como os sentidos são produzidos através da linguagem e do corpo em protesto. Nessa perspectiva, recorreremos à concepção de discurso elaborada por Michel Pêcheux, e ao conceito de imaginário desenvolvido por Orlandi, assim como de outros conceitos pertinentes à realização das análises. À vista disso, entendemos que a formação discursiva (FD) que configura o movimento aponta para uma FD feminista oriunda de um processo de Acontecimento Discursivo. Dessa forma, essa pesquisa oportunizou observar as possibilidades de produção de sentidos sob a ótica da Análise do Discurso, além de uma reflexão sobre a predominância de sentidos produzidos por uma classe dominante.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente da Universidade Federal do Pampa. E-mail: carolinafernandes@unipampa.edu.br.

² Licenciada em Letras-Português e Literatura de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pampa. Mestranda do Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa. E-mail: lariiissa.martins9@gmail.com.

³ <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/09/ni-una-menos-5-anos.htm>.





PALAVRAS-CHAVES

Discurso de resistência. *Ni una menos*. Acontecimento Discursivo.

ABSTRACT

The present work seeks to understand how the resistance discourse is produced in the discursive formation in which it is affiliated to the *Ni Una Menos* movement, from the theoretical-methodological principles of Discourse Analysis (DA) with a materialist approach. To this, discursive clippings were defined that circulate during the demonstrations linked to *Ni Una Menos*, and through these, we seek to understand how these women currently resist the patriarchal ideology, paying attention to the way in which meanings are produced through language and the body in protest. In this perspective, we resort to the discourse conception developed by Michel Pêcheux, and the imaginary concept developed by Orlandi, as well as other concepts relevant to the analysis. In view of this, we understand that the discursive formation (DF) that configures the movement points to a feminist DF arising from a Discursive Event process. In that way, this research made it possible to observe the possibilities of meanings production from the perspective of Discourse Analysis, as well as a reflection on the meanings predominance produced by a dominant class.

KEYWORDS:

Resistance discourse. *Ni una menos*. Discursive Event.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os discursos materializados nas manifestações do movimento de mulheres latino-americanas, o *Ni una menos*, com o objetivo de compreender como se configura a formação discursiva em que essas mulheres se inscrevem e os efeitos de resistência nos sentidos produzidos. Para isso, a partir do arquivo de pesquisa composto por imagens coletadas em *sites* de notícias e compartilhamento de fotos que se relacionam com o movimento escolhido para a pesquisa, foi construído o *corpus* de análise, levando em conta as trajetórias e lutas dessas mulheres, bem como a exploração do potencial revolucionário do movimento como uma ação de resistência e



de militância política. Com isso, as materialidades que compõem o *corpus* foram escolhidas por representarem o discurso do movimento, e também por apresentarem diferentes formas das mulheres materializarem esse discurso.

A manifestação⁴ de mulheres que será considerada nas análises parte do movimento *Ni una menos* que é assumidamente feminista. Através da análise de seu discurso, buscamos compreender os processos que originam essas manifestações como ação política de mulheres a partir de acontecimentos históricos e discursivos que promovem o discurso de resistência. Somente assim, é possível compreender a configuração heterogênea da formação discursiva que constitui os sentidos produzidos nesse movimento. Para isso, recorreremos à fundamentação teórica da Análise de Discurso Materialista que nos permite compreender os processos discursivos constitutivos do objeto em análise.

Para a execução das análises, construímos um dispositivo teórico-analítico que observa os “processos e mecanismos de constituição de sentidos e sujeitos” (ORLANDI, 2012, p. 77) em um determinado *corpus* discursivo. Para a delimitação do *corpus* discursivo ou *corpus* de análise, foi feito um recorte dos discursos produzidos pelo movimento, a fim de articulá-lo ao escopo teórico para que possamos entender o funcionamento dos processos discursivos que produzem o discurso de resistência do *Ni una menos*. Com isso, buscamos compreender as “relações do discurso, da língua, do sujeito, dos sentidos, articulando ideologia e inconsciente” (ORLANDI, 2012, p. 80), e, através desses conceitos, iremos observar de

⁴ Tem-se a *manifestação* como o ato de manifestar-se, sendo a materialidade que será analisada. Já a concepção de *movimento* representa ações de resistência de mulheres que se organizam para promover o rompimento com a ideologia dominante.



que forma os discursos se materializam, considerando a linguagem como a materialidade do discurso. Assim, a análise será feita considerando a materialidade dos discursos produzidos pela posição-sujeito mulher em protesto, assim como as transformações destes em um dado momento histórico para uma formação social específica, pois “a historicidade deve ser compreendida em análise de discurso como aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem” (ORLANDI, 2012, p. 80).

Desse modo, nosso objeto de análise serão os discursos que circulam nas manifestações do *Ni una menos*, movimento este que incitou protestos, na Argentina, Chile e Uruguai⁵, contra a violência de gênero e direito ao aborto legal e que se estendeu para outros países em virtude dos casos frequentes de feminicídio. Através desse movimento, buscamos analisar a formação discursiva em que as mulheres se inserem através da resistência à formação imaginária construída pela ideologia patriarcal. A formação imaginária em AD ganha especificidade com a noção de imaginário desenvolvida por Orlandi (2007, p. 32) como sendo o que produz o “efeito de evidência” ou “ilusão referencial” que produz a impressão de que há uma relação direta entre o mundo e a linguagem. O imaginário nada mais é que uma interpretação da realidade feita por certa ideologia. A função da ideologia de imprimir sentidos nas palavras como se fossem evidentes é dissimulada pelo apagamento da história e da cultura que determinam a escolha de certos sentidos em detrimento de outros, como no caso da mulher ser considerada o membro da sociedade cujo papel é o de cuidar

⁵ Foi além desses lugares, uma vez que o movimento acabou se tornando internacional, sendo organizado por mulheres em mais de 50 países, inclusive no Brasil.



do lar e dos filhos. Esse imaginário instituído à mulher produz o efeito de evidência de que, se a fêmea é quem gera a vida, esta teria a obrigação de ser quem cuida da prole, e ainda, de ter a obrigação de procriar através do discurso sobre a maternidade compulsória. A análise do discurso joga luz sobre esses sentidos estabilizados na sociedade, permitindo-nos ver que há outros sentidos para mulher que podem construir um outro imaginário, como o de a mulher ser livre para decidir o que quer fazer de sua vida, e de seu corpo.

Para observar o movimento desses sentidos, analisaremos a materialidade discursiva por meio dos cartazes e dos corpos em protesto organizado pelo *Ni una menos*. O corpo aqui também ganha especificidade na AD como materialidade do discurso, e no caso de nosso *corpus* de análise, um discurso de resistência como observa Radde (2013, p. 3): “corpo e linguagem são percebidos como lugares de resistência do sujeito contemporâneo, onde efeitos de sentidos se constroem e se dissimulam, permitindo ver as direções opostas que se entrecruzam e marcam a contradição constitutiva desse sujeito”.

E a partir da materialidade do discurso de resistência, poderemos interpretar os efeitos de sentidos produzidos, observando as condições de produção e os processos de reprodução/transformação do imaginário sobre o sujeito-mulher⁶. À vista disso, observaremos também como as condições contraditórias impulsionam o surgimento da FD feminista que resiste à ideologia patriarcal e a articulação desses discursos, a fim de compreender o seu funcionamento.

⁶ O sujeito-mulher representa o sujeito discursivo que ocupa o lugar de “mulher” na sociedade, um lugar social já significado segundo a formação ideológica dominante, mas que se busca ressignificar pela luta dos movimentos feministas.



1. HISTORICIDADE DAS MANIFESTAÇÕES DE MULHERES

Os movimentos sociais por defenderem a coletividade como um todo, são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 335). Assim, com o objetivo de preservar ou transformar uma ordem vigente, o que gera eventualmente um incômodo à oposição, já que os movimentos caminham na busca da mudança ou estabilidade nas relações de poder estabelecidas por uma classe dominante.

Pensando nisso, como uma forma de resistir às condições impostas pela sociedade, é possível encontrar, na história ocidental, o aparecimento de manifestações que denunciam a condição de opressão vivida pelas mulheres, tendo como principais fatores a superioridade e a dominação pela ideologia patriarcal. Assim, podemos definir como um dos efeitos de origem de organização política das mulheres a *Revolução Francesa* (1789-1799), sendo este um acontecimento histórico que impactou e revolucionou a França com o fim do absolutismo. Devido à insatisfação da burguesia com os privilégios da aristocracia e o sofrimento do povo marcado pela pobreza e a fome, a revolução iniciou tendo por lema: *Liberté, égalité, fraternité*, na busca de universalizar os direitos sociais e liberdades individuais de todos. E foi a partir dessa filosofia iluminista que se fundou os princípios democráticos na França:

[...] tratava-se – como diziam – de engendrar uma pátria regenerada, capaz de efetivar os princípios de uma sociedade verdadeiramente democrática. Sendo assim, supunha-se ser a escolarização um dos veículos prioritários na construção da nacionalidade (BOTO, 2003, p. 735).



Conseqüentemente, a crise econômica tomou o país, gerando conflitos internos entre as classes sociais mais altas, fazendo com que o clero e a nobreza passassem a pagar impostos, assim como os mais pobres que, justamente, passavam por grandes dificuldades, sendo explorados pelo primeiro e segundo estados há tempos. Dessa forma, os privilégios feudais foram abolidos da França após dez anos de revolução, e só então, em 1789 foi anunciada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento que, inspirado na doutrina “direitos naturais”, estabelece que todos os homens são iguais perante a lei. Nesse caso, a menção dos termos “homem” e “cidadão” diz-se empregada no sentido genérico do saber universal, não apontando para o gênero masculino propriamente, mas para o ser humano em geral, o que englobaria, a princípio, as mulheres.

Uma das figuras importantes dessa época foi a escritora inglesa Mary Wollstonecraft que, no século XVIII, produziu alguns registros que ficaram marcados na história da Revolução Francesa, através dos quais contestava a disparidade de gênero que predominava na época. A partir disso, ela passou a refletir sobre a opressão estrutural sofrida pelas mulheres, abordando, em suas obras, a política ao questionar pensadores homens. Por isso, hoje ela é considerada uma das primeiras mulheres que lutou em prol das causas feministas, ainda que ela não tivesse fundado um movimento político de mulheres sob tais reivindicações. Nesse sentido, após a revolução na França, a autora se sentiu incomodada com o relatório sobre a declaração escrita por um dos pensadores da Revolução, o que levou Mary a entender que o sentido genérico de “homens” ali empregado não englobava as mulheres, pois o documento trazia informações que impediam as mulheres de terem os seus direitos, criando até mesmo mais obstáculos para a emancipação



feminina, resultando na crença da incapacidade feminina de desenvolver as mesmas tarefas que os homens. Por isso:

[...] para ela, a “inferioridade feminina”, pregada majoritariamente entre os iluministas, era fruto da situação social das mulheres e não uma característica inerente às mesmas. Wollstonecraft não concebia a desigualdade ou a hierarquia naturais entre os sexos. Para ela, ambos apresentavam as mesmas potencialidades, pois compartilhavam o dom da razão (MIRANDA, 2010, p. 142).

A partir desse novo olhar sobre o sujeito-mulher, Mary escreve a obra *Reivindicação dos direitos das mulheres*, que foi publicada em 1792, sendo o resultado de suas considerações sobre a declaração dos direitos dos homens e uma crítica aos estereótipos femininos que predominavam naquele contexto sócio-histórico.

Assim, observamos que, ainda que a Revolução Francesa tivesse obtido êxito no âmbito político com a dissolução da monarquia absolutista, a desigualdade na França não foi sanada, visto que as mulheres não foram reconhecidas como cidadãos tais como os homens. Dessa forma, “os otimistas e crédulos no progresso acreditavam na capacidade de transformação do ser humano, mas continuavam identificando ‘humanidade’ como homem” (PRIORE, 1989, p. 92), o que ocasionou num apagamento sobre a forte atuação política das mulheres que lutaram junto aos homens em busca de liberdade e participação política, função que era exercida apenas pelo clero e os nobres. Por isso, Priore (1989, p. 92) afirma que “o século das luzes ilumina precariamente as mulheres, para melhor enquadrá-las”. A partir daí, instaurou-se alguns movimentos na França que se estenderam por toda a Europa com o propósito de reivindicar direitos igualitários, o que provocou



algumas mudanças políticas, sociais e culturais, sobretudo no campo do trabalho. Incentivado também pela Revolução Industrial e o acontecimento histórico das primeiras greves de operárias, surgiu o primeiro movimento reconhecido como feminista, o das sufragistas.

A partir desse processo de transformação discursiva, as mulheres começaram a se organizar nos Estados Unidos, na década de 1850, após o sufrágio, no que ficou conhecido como a “Primeira onda feminista”, por ser uma verdadeira onda de lutas e reivindicações de mulheres, com o intuito de promover liberdade e direito ao voto feminino. Sendo liderado pela feminista britânica Emmeline Pankhurst⁷, o movimento sufragista⁸ teve seu início entre o fim da década de 1800 até o início do ano 1900, e ocorreu em vários países do mundo com o objetivo de organizar a luta das mulheres pelo direito ao sufrágio (voto).

Já em meados de 1960 iniciou-se a chamada “Segunda onda feminista”, que trazia uma pauta mais variada como: a sexualidade, mercado de trabalho, direitos reprodutivos, desigualdade de gênero, e que se espalhou por diversos países industrializados até 1980, e reformulando-se em movimentos posteriores. Esse período também ficou marcado pela revolução sexual após desenvolvimento do primeiro anticoncepcional em 1960, além das discussões sobre os efeitos colaterais de seu uso, bem como, o questionamento sobre o medicamento ser de uso exclusivo das mulheres. A partir disso, em 1963 a

⁷ Emmeline Pankhurst foi uma das fundadoras, em 1903, da União Feminina Social e Política (sufragistas).

⁸ Os movimentos das sufragistas, nas duas primeiras décadas do século XX, é considerado o primeiro movimento legalmente feminista, “quando as mulheres dessas nações finalmente conseguiram ser reconhecidas como cidadãs, ganho notável que, em diferentes fases, teve eco nos países europeus e no mundo” (ABREU, 2021, p. 444).



escritora estadunidense Betty Friedan publica a obra “Mística Feminista”, retomando as teorias de Simone de Beauvoir sobre a sexualidade e expandindo as discussões sobre a desigualdade de gênero.

Além desses movimentos identificados como “ondas” feministas, podemos incluir como organização política da FD feminista, o Movimento de Libertação das Mulheres (MLF) fundado em maio de 1968 por Antoinette Fouque a partir do reagrupamento de diferentes associações feministas que abrangeu:

[...] uma série de movimentos sociais de forte conotação cultural, questionando os valores da sociedade industrial (que acreditava ser suficiente ter as necessidades básicas supridas) e contrapondo-se ao próprio Estado (e a um modelo de bem-estar social) (ZIRBEL, 2007, p. 43).

Nessa perspectiva, Antoinette cria o coletivo “Psicanálise e política” pelo qual reivindica ações comuns em torno do direito ao aborto, à libertação da mulher sobre o próprio corpo e contra a violência doméstica, que teve o seu marco histórico na luta pela condição feminina na França, após a Revolução francesa, e nos Estados Unidos com o sufrágio na década de 1960, e se expandiu por diversos países industrializados.

A partir dessa historicidade, o movimento feminista constrói seu discurso em torno da defesa da igualdade entre homens e mulheres, além de promover o empoderamento feminino como um modo de livrar a mulher dos padrões patriarcais impostos pela sociedade. Assim, através dessas lutas:

O termo *gênero* passou a figurar em todos os espaços historicamente entrelaçados pelo feminismo: grupos de mulheres, sindicatos, partidos políticos, igrejas, ONGs, instituições governamentais etc., apontando para a eficácia das redes de contato formadas por estas feministas e para o respeito conquistado pela militância das décadas anteriores. (ZIRBEL, 2007, p. 20-21)



Logo depois, surgiu a “Terceira onda feminista”, que começou em 1990, sendo organizada pela escritora e ativista Rebecca Walker que retomou o movimento como uma resposta às “falhas” da segunda onda, visando tratar de assuntos ligados ao estupro, ao patriarcado, à sexualidade e ao empoderamento feminino. Apesar de ser um movimento com discurso muito parecido ao da segunda onda, neste há a inserção de outras problemáticas ligadas a raça, classes e identidade de gênero, fazendo com que cada grupo de mulheres possa ter as suas próprias reivindicações. Essas pautas transversais introduzem posições-sujeito distintas dentro da formação discursiva feminista, já que essas mulheres falam de lugares sociais distintos tais como: mulheres lésbicas, indígenas, negras, operárias, entre outras. Isso é relevante para compreender a configuração heterogênea da FD feminista, pois é a partir das condições de produção que iremos “conseguir esclarecer as diferenças internas através das quais se manifesta o invariante discurso” (PÊCHEUX, 1997, p. 148-149).

Dessa forma, junto ao surgimento dos movimentos sociais, estão as manifestações que são atos realizados pelo povo de uma nação em defesa de uma causa, a fim de expressar uma posição ideológica. Assim, através dos movimentos de sujeitos organizados politicamente, há diferentes manifestações que irão expor demandas específicas como os diferentes protestos das ondas feministas já mencionados. Por isso, as reivindicações políticas passam a ser expressas por algumas ações em busca de transformação social. Dessa forma, as manifestações populares estão profundamente relacionadas à garantia e à valorização dos direitos humanos, por isso, as grandes mobilizações existentes no mundo:

[...] lutaram por aqueles que hoje consideramos direitos fundamentais estabelecidos na Carta da ONU e inseridos nos sistemas legais nacionais. A partir delas, desenvolveu-se a forma de governo que hoje entendemos como democrática. (BRITES, 2017, p. 99).



Partindo dessas diferentes demandas, na América Latina, surgiram outras iniciativas de lutas sociais das mulheres a fim de combater violências de gênero e outras pautas específicas da condição de colonização do território latino-americano. Algumas dessas lutas deram origem a novas organizações feministas que contribuíram para o avanço da emancipação das mulheres, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), surgido na década de 1980. Assim, as mulheres, por meio de diferentes posições-sujeito, lutaram contra a hierarquia de gênero legitimada pela ideologia patriarcal que constitui a formação social.

Ao lado desses movimentos organizados exclusivamente por mulheres, estão as organizações políticas dos sujeitos racializados e dos povos indígenas que derivam de uma série de transformações políticas, econômicas e sociais, porque tanto os indígenas quanto os negros foram escravizados e coisificados, sendo excluídos do acesso à riqueza produzida no Brasil. E essa opressão sofrida por esses sujeitos atinge majoritariamente as mulheres por conta ainda da desigualdade de gênero.

Diante disso, não podemos deixar de lado a pirâmide que coloca as mulheres negras em um lugar de inferioridade com relação aos outros grupos sociais, assim é emergente “a importância de evidenciar que mulheres negras historicamente estavam produzindo insurgências contra o modelo dominante e promovendo disputas de narrativas” (RIBEIRO, 2017, p. 16). Por isso, compreendemos que há “um apagamento desses acontecimentos históricos assim como o fortalecimento de uma FD dominante, que controla a circulação de dizeres e imagens e, sobretudo, virtualiza o que é permitido e proibido, o que é certo e errado dizer” (SOUZA, 2018, p. 28), evidenciando



“que estas ‘concepções do mundo’ são na sua grande parte imaginárias, isto é, não ‘correspondentes à realidade” (ALTHUSSER, 1971, p. 78).

A partir dessas diferentes demandas, surge a Marcha 8M que, por ser um movimento fortemente heterogêneo, abrange e acolhe diferentes grupos de mulheres que se dissiparam na terceira onda feminista por terem suas lutas particulares e que se reúnem através da marcha na luta contra a desigualdade de gênero. O nome do movimento carrega a data, oito de maio, que ficou marcada pela manifestação organizada por tecelãs e costureiras de Petrogrado, durante a greve iniciada em 1917 na Rússia, por pão e paz, sendo a motivação para o estopim da primeira fase da Revolução Russa, apesar da data representar na atualidade uma homenagem às mulheres.

Com isso, outros movimentos que pertencem a posições-sujeito distintas dentro da FD feminista surgem atendendo às especificidades de cada grupo de mulheres. Dentre estes, temos a Marcha das Vadias sendo uma manifestação que teve início no dia 3 de abril no Canadá, e que protesta contra a crença de que as mulheres que são as vítimas de estupro teriam elas mesmas motivado a violência sofrida. Por isso, durante a marcha, as mulheres usam roupas consideradas motivadoras de estupro, ou seja, saia curta, lingerie à mostra, calça justa, a fim de simbolizar que o ato de estupro não é culpa da vítima e que ela merece respeito, independente da forma de se vestir.

Nesse cenário discursivo, temos o movimento *Ni una menos*, que teve o seu início em 2015, através de protestos contra a violência de gênero após o aumento dos casos de feminicídio na Argentina. Nesse caso, a causa só ganhou visibilidade assim que uma jovem de 14 anos, grávida, e outras quatro mulheres foram mortas brutalmente, sendo um dos feminicídios mais agressivos registrados no país.



Diante disso, entendemos que essas lutas existem em reação a políticas já implementadas e sedimentadas que excluem esses grupos nomeados como “minorias” e que resistem constantemente às decisões de um Estado opressor. Por isso, esses movimentos têm se expandido cada vez mais, visto que, à medida que as pautas são atendidas, as demandas também aumentam. A partir disso, poderemos observar que há uma desestabilização dos sentidos, exigindo uma reformulação dos imaginários produzidos através de uma materialidade discursiva que passa a ser observada em sua opacidade e incompletude. Dessa forma, há um rompimento nos sentidos cristalizados que ocorre por meio das “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 1995, p. 191), e que repercutem através de alguns deslocamentos. Esses deslocamentos podem produzir o que Indursky (2003) denomina como Acontecimento Discursivo, pois este:

[...] faz trabalhar a memória do dizer, a estrutura, o repetível, provocando um reordenamento no que pode ser dito: o que antes era da ordem do não-dito, do impensável aparece, agora, como o que pode/deve ser dito (INDURSKY, 2003, p. 116).

As manifestações que marcam historicamente um novo discurso sobre as mulheres e seus direitos possibilitam esse Acontecimento Discursivo que representa um rompimento com a FD dominante reguladora da ideologia patriarcal. Com isso, o imaginário sobre a mulher pode receber outros sentidos possíveis, como o de ter o direito de decidir sobre ser mãe, por exemplo. As condições de produção que possibilitaram esse acontecimento na ordem do discurso “entrecruzam posições logicamente estabilizadas e unívocas a formulações equívocas” (ORLANDI, 2019, p. 138), fazendo com que haja a produção de novos sentidos a partir do que já foi dito antes.



Assim, sustentando cada movimento social, iremos encontrar um discurso de resistência em seu funcionamento político e militante, pois o sujeito que o produz é um sujeito político que “adquire a capacidade de produzir cenas polêmicas, demandas e discursos em confronto que fazem ver a contradição dos dois sujeitos em conflito e suas lógicas em colisão” (INDURSKY, 2019, p. 73). E através da colisão entre a FD feminista e a FD que conserva os discursos da ideologia patriarcal dominante, incita-se repensar o imaginário projetado sobre as mulheres, o que buscam as manifestações do *Ni una menos* que mobilizamos neste artigo.

2. O MOVIMENTO NI UNA MENOS: SENTIDO, CORPO, RESISTÊNCIA

Para a realização das análises, recorreremos aos recortes e ao material de apoio já mencionado anteriormente de forma a centralizar a pesquisa nos efeitos de sentidos produzidos por um determinado grupo de mulheres que se manifesta através de marchas nas ruas de centros urbanos. Dessa forma, entendendo as condições de produção dos discursos de resistência, é possível compreender como os diferentes modos de se manifestar produzem sentidos dentro de uma FD feminista. Para a análise, elegemos, além da linguagem verbal dos cartazes, o corpo em protesto como a materialidade do sujeito-mulher militante. Em outros termos, “a significação do corpo não pode ser pensada sem a materialidade do sujeito, e vice-versa, ou seja, não podemos pensar a materialidade do sujeito sem pensar sua relação com o corpo” (ORLANDI, 2011, p. 83). Com isso, o discurso é produzido levando em conta os processos de produção que afetam a vida social e política do sujeito, sendo um efeito da ideologia em sua materialidade.



Dessa forma, através dessas materialidades, poderemos reconhecer os sentidos possíveis de um discurso, e também a “sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais os servem” (PÊCHEUX, 1995, p. 146), e que os colocam em uma posição de dominância ou de dominado, pois, uma vez que os discursos em sua materialidade sofrem alterações em seus processos discursivos, há uma transformação nas relações de produção de sentidos, já que essas alterações se dão também a partir da interpelação do sujeito por outra formação ideológica.

Dentre os movimentos que provocam essas transformações de sentidos está o *Ni una menos*, que iniciou a sua formação em 2015 como uma forma de protestar contra a violência de gênero que se deu em mais de 200 localidades da Argentina e nos países vizinhos. Os protestos foram desencadeados pela revolta com o assassinato de Chiara Páes, de 14 anos, que foi vítima de estupro e de uma série de violências físicas. Em meio a essa brutalidade, surge o *Ni una menos*, termo que apareceu após a morte da escritora e defensora dos direitos humanos Susana Chávez, que escreveu um poema com o verso “Ni una muerta más” (Nem uma morta mais) para protestar contra os feminicídios na cidade de Juarez, província Chihuahua, no ano de 1995. Anos após o assassinato de Susana, que aconteceu devido as suas lutas, um grupo de mulheres retoma o uso e altera a frase para “Ni una menos” (Nenhuma a menos), com a finalidade de mobilizar outras mulheres em prol das causas feministas reivindicando a promoção de políticas públicas que promovam uma maior igualdade de gênero e de preservação do bem-estar das mulheres argentinas. Assim, a manifestação está engajada:

[...] em pautas como a legalização do aborto e a implementação da Lei 26.485 – que prevê proteção integral para prevenir, sancionar



e erradicar a violência contra as mulheres em todos os âmbitos nos quais existam relações interpessoais (LOPES; GABARDO, 2019, p. 2).

Nesse sentido, as manifestações foram essenciais para que mulheres ganhassem voz em busca de justiça. Assim, o *Ni una menos* configurou um lugar para discussão sobre as políticas sociais da Argentina visando também demandas em termos de políticas públicas que atendessem às mulheres vítimas de violência.

3. O POLÍTICO NO DISCURSO DOS CARTAZES DAS MANIFESTAÇÕES

Centrando este trabalho nas manifestações organizadas pelo movimento *Ni una menos*, trazemos uma sequência de recortes (unidades discursivas) de *sites* de notícias e de uma rede social de compartilhamento de fotos, o *Pinterest*, que mostram fotografias que registram as manifestações do movimento em análise.

SD: 01



Fonte: Relatório Mundial (2019)



Nesta primeira sequência discursiva (SD), que foi retirada de um *site* de notícias, encontramos algumas militantes protestando contra a violência de gênero na Argentina, e pedindo acesso ao aborto legal. Essa demanda está explícita nos cartazes que trazem o nome da marcha e que carregam um forte significado relacionado à morte de Chiara Páez e de Lúcia Perez, de apenas 16 anos, que foi estuprada, drogada e empalada na Argentina em 2016, e sobre tantas outras mulheres que morrem no país, sendo vítimas de feminicídio.

Além disso, os cartazes mostram que essas mulheres fazem parte de um coletivo feminista de esquerda por conta do lenço verde e da sigla do movimento argentino conhecido como o Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST), que busca a mobilização da classe trabalhadora que apoia a causa feminista. Portanto, existe uma relação intrínseca entre a luta pelos direitos das mulheres e a luta de classes. Com isso, a imagem nos mostra que as principais áreas de interesse da marcha articulam-se a fim de se unirem contra uma classe dominante que “detém o poder de Estado (de uma forma franca ou, na maioria das vezes, por meio de Alianças de classe ou de frações de classes)” (ALTHUSSER, 1971, p. 48).

Além disso, as mulheres usam um lenço verde no pescoço que simboliza, nesse caso, a luta pelo direito da mulher argentina de decidir pelo seu próprio corpo, vinculada à tradição das “Mães da praça de Maio”⁹. Dessa forma, o movimento se tornou um dos pilares para outras organizações como, por exemplo, a Campanha Nacional pelo Direito do Aborto Legal seguro e gratuito, o qual resgatou o uso do lenço como uma forma de

⁹ As “Mães da praça de Maio” foram mulheres que se reuniam em uma praça de Buenos Aires em decorrência do desaparecimento de seus familiares durante a ditadura militar (1976-1983), que entrou em vigor em 1976 a 1983. Essas mulheres usavam lenços, panos e fraldas na cor branca, contendo o registro dos nomes dos familiares perdidos.



ressignificá-lo através da implementação da cor verde como símbolo da luta pelo direito das mulheres.

Nesse contexto, em um dos cartazes mostrados na SD 01, há a seguinte frase: “aborto legal, seguro e gratuito”, o que nos leva a pensar que o aborto vem sendo um dos assuntos mais discutidos por ser uma questão que envolve a interferência na tomada de decisões das mulheres sobre seus corpos, sua sexualidade e suas escolhas reprodutivas. Alguns médicos comprovam que o aborto pode acontecer de forma precoce ou entre a 13^a e a 22^a semana de gravidez, pois não há vida dentro do útero nesse período, ainda assim, a formação ideológica religiosa impede que, em certos países, seja aprovado o aborto legalizado, pois acreditam que, ao fazer a extração do feto, poderão estar acabando com uma vida e, por isso, muitas mulheres são criminalizadas pela interrupção da gravidez. Dessa forma, tratam-se de discursos antagônicos sobre o aborto, em que, para um grupo, significa o assassinato de um ser e, para outro, um direito da mulher sobre seu corpo. Nesse caso, é possível perceber que “estas duas designações remetem para duas posições-sujeito opostas, que se inscrevem em Formações Discursivas antagônicas, instaurando dois discursos que se excluem mutuamente, construindo aí um conflito de interpretações [...]” (INDURSKY, 2019, p. 84). Por isso, segundo Pêcheux uma palavra ou expressão pode receber sentidos distintos ou igualmente evidentes:

[...] conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque - vamos repetir - uma palavra, uma expressão ou proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, mas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se admite que *as mesmas* palavras, expressões e



proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido” (PÊCHEUX, 1995, p. 161).

De fato, o aborto induzido pode oferecer um potencial de risco maior quando realizado por pessoas que não possuem os instrumentos adequados para a execução do procedimento, no entanto, a proibição do aborto não impede que ele aconteça, mas sim que ele ocorra de forma clandestina, o que acaba pondo em risco a vida das mulheres por usarem métodos arriscados. Já o grupo anti-aborto, dito “Pró-vida”, milita pela vida dos fetos, mas não considera a vida das mulheres que continuarão abortando ilegalmente. Esse antagonismo representa o que Indursky (2019, p. 59) chama de “lugares políticos” do “dissenso”, onde há tensão discursiva marcando posições opostas de forças políticas distintas. O político aqui também é conceituado por Indursky (2019, p. 57-58) que o define como “o resultado da trama de diferentes processos discursivos atravessados pelo interdiscurso e recortados por diferentes formações discursivas”. Assim, entendemos a prática discursiva nas manifestações do *Ni una menos* como atividades políticas que buscam, através da repercussão na mídia e nas redes sociais, dar visibilidade às suas pautas e reivindicações.

Na Argentina, o movimento ganhou notoriedade, e, no dia 30 de dezembro de 2020, após décadas de luta feminista pela ampliação de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, foi aprovada a lei pela legalização do aborto, evento muito comemorado pelas “lenços verdes”. De qualquer forma, apesar de as mulheres argentinas terem essa conquista, esta ainda é uma demanda de proteção à vida das mulheres latino-americanas a ser atendida. Além disso, há países que seguem criminalizando mulheres por conta da realização do aborto “ilegal”, o que coloca a mulher, mais uma vez, em uma posição de vulnerabilidade e dependência das políticas do Estado como vem acontecendo no Brasil através



do Projeto de Lei n 5435 que propõe um auxílio financeiro às vítimas de estupro sob a condição de que esta não exerça o direito de decidir se deve seguir ou não com a gestação advinda da violência sexual. Com essa lei aprovada, a mulher também poderá ser penalizada caso negue a seu agressor os direitos como “pai”. E mais uma vez a mulher além de ser violentada pelo abusador, também sofrerá com as medidas tomadas pelo Estado “opressor” conforme diz a letra de “Un violador en tu camino”¹⁰ que analisamos em outro trabalho (AUTORES, no prelo). Em resistência a essa opressão, temos a SD 02 a seguir:

SD: 02



Fonte: *Pinterest* (2016)

¹⁰ A música com o título “Un Violador En Tu Camino” foi apresentada pela primeira vez em 20 de novembro através de uma performance nas ruas de Valparaíso, em meio a uma série de intervenções promovidas por mulheres que faziam parte de um grupo de teatro, conhecido como Coletivo *Las Tesis*.



Na SD 02, que foi retirada de um *site* de compartilhamento de fotos, temos uma mulher que carrega um cartaz com a seguinte frase: “Meu corpo não pede sua opinião. Deixe-me caminhar tranquila!”. Quando é dito “Meu corpo não pede sua opinião” compreendemos que há um discurso que revela tanto a questão de propriedade da mulher sobre o seu próprio corpo, não buscando a aprovação de ninguém, como também a relevância que é dada às roupas que as mulheres usam. Isso ocorre devido ao discurso sobre a posse do corpo da mulher que advém de uma formação discursiva machista, sendo pronunciado tanto por homens quanto por mulheres que entendem o estupro como um ato que só acontece a mulheres que se deixam vulneráveis a ele ao usarem roupas consideradas “provocantes”. Além disso, “há aí deslizamentos - efeitos metafóricos - muito significativos” (ORLANDI, 2012, p. 89) que substituem dois termos em função de uma relação de sentidos que nos traz um corpo que fala, e que informa ao outro que não quer a sua opinião.

Em seguida, vemos a seguinte construção: “Deixe-me caminhar tranquila”, em que se produz o efeito de medo que as mulheres sentem ao saírem sozinhas de casa, pois, independente do horário, são assediadas, seguidas ou violentadas pelo simples fato de estarem desacompanhadas. Assim, é muito comum uma mulher ser repreendida por sair muito tarde, ou pior, culpabilizada pela violência sofrida através da justificativa de estar no “lugar errado com a roupa errada”. Esses discursos naturalizam as ações do agressor a partir de um imaginário que não corresponde à realidade, portanto constitui uma ilusão como afirma Althusser (1971) sobre o conceito de realidade produzida pelos AIEs. E esse imaginário incita, cada vez mais, a reação das mulheres em questionar se podem ou não estar em determinados lugares sem a presença de um homem que as proteja.



Ainda assim, fica evidente que, ao ter que recorrer a métodos de segurança como andar acompanhada do marido ou do pai, algumas mulheres criam uma dependência gerada a partir de um estigma cultural que as impede de circular e ocupar livremente os espaços na hora que quiserem. Dessa forma, trata-se de uma segurança paliativa para confortar as mulheres, gerando um efeito de naturalização do homem como o macho protetor, enquanto elas são vistas como o sexo frágil ou ainda no imaginário de princesas presas no castelo à espera do príncipe salvador. Essa relação de sentidos é produzida pelo imaginário validado até mesmo por filósofos consagrados que entendiam que a mulher deveria agir em função das necessidades de um homem, assim como acontece no mundo animal como demonstra Simone de Beauvoir em:

[...] as mais soberbas feras, a tigresa, a leoa, a pantera, deitam-se servilmente para a imperial posse do macho. Inerte, impaciente, matreira, estúpida, insensível, lúbrica, feroz, humilhada, o homem projeta na mulher todas as fêmeas ao mesmo tempo. (BEAUVOIR, 1970, p. 31)

Esse efeito de sentido se dá a partir da crença de que a mulher possui menos força muscular em relação aos homens, menor capacidade de erguer objetos pesados ou realizar exercícios físicos. A mulher, a partir desse imaginário, é vista como fraca, sem estabilidade emocional e, por isso, é vista como menos capaz de executar as mesmas tarefas que os homens. No entanto, esse posicionamento é contestado pelo discurso feminista como vemos em:

[...] desde que aceitamos uma perspectiva humana, definindo o corpo a partir da existência, a biologia torna-se uma ciência abstrata; no momento em que o dado fisiológico (inferioridade muscular) assume uma significação, esta surge desde logo como dependente de todo um contexto; a “fraqueza” só se revela como tal à luz dos fins que o

homem se propõe, dos instrumentos de que dispõe, das leis que se impõe. (BEAUVOIR, 1970, p. 58)

Assim, as capacidades das mulheres não dizem respeito exclusivamente à sua condição biológica, mas a um fato social, em que a mulher tem as condições de desenvolvê-las ou não. A seguir, abordaremos o próprio corpo falando de si, como uma materialidade discursiva.

4. O DISCURSO DO CORPO EM PROTESTO

Os imaginários construídos pela FD machista evidenciam a emergência de mobilizações feministas potentes, que tomem as ruas em protestos incisivos, como faz o *Ni una menos*, e que questionem a forma como o Estado pretende agir com relação à situação das mulheres em termos de políticas públicas. E, para isso, as manifestações são importantes para tornar visíveis a opressão e violência a que estão sujeitas.

SD: 03



Fonte: Folha de S. Paulo (2016)

Na SD 03, retirada de um *site* de notícias que informa sobre uma manifestação do *Ni una Menos* em Buenos Aires, vemos, logo de partida, uma mulher com o rosto pintado e a boca coberta por um papel a fim de protestar contra a violência de gênero. Por meio dessa manifestação corporal, vemos o corpo funcionando como uma materialidade discursiva, pois, através dele, é possível quebrar o silêncio até mesmo daqueles que acreditavam estar sem voz frente à opressão. Com isso, o silêncio pode ser pensado como um “lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (ORLANDI, 2012, p. 83) através da materialidade significante.

Diante disso, a boca coberta representa as mulheres silenciadas nos casos em que são agredidas por seus parceiros, e até mesmo mortas, sem que ninguém impeça, já que, a princípio, o lar deveria ser o lugar mais seguro para qualquer pessoa e, em certas culturas, há a crença de que não se pode intervir em “briga de marido e mulher”. Além disso, isso se justifica no enunciado registrado junto ao papel colado à boca: “O silêncio mata”. O silêncio ao qual ela se refere seria o silêncio das mulheres que são vítimas de violência doméstica por seus parceiros ou ex-companheiros, e que, muitas vezes, não conseguem denunciar o seu agressor por medo ou por abusos psicológicos. Mas o que chama a atenção nesses crimes são as contradições, posto que, parte dos casos acabam sendo banalizados, pois muitos são vistos como um ato de “amor” exagerado do parceiro, e acabam virando apenas estatística.

Essa romantização das agressões vem do discurso de posse dos homens sobre as mulheres, comprovando a constituição de seus discursos pela ideologia patriarcal, configurando-se numa FD machista. À vista disso, há um fortalecimento de uma crença antiga de que a mulher deve ser propriedade



do homem, e a partir dela, assume o dever de atender às exigências do parceiro. No entanto, alerta-nos Beauvoir que:

[...] a ideia de posse é sempre impossível de se realizar positivamente; em verdade, nunca se tem nada nem ninguém; tenta-se por isso realizá-la de modo negativo; a maneira mais segura de afirmar a posse de um bem é impedir que os outros o usem (BEAUVOIR, 1970, p. 184).

Além disso, o comportamento dos agressores acaba interferindo na subjetividade das mulheres que sofrem essas violências, fazendo com que elas formem uma imagem depreciativa sobre si e questionem suas identidades a partir dos imaginários construídos para elas. E isso ocorre porque se constitui uma relação imaginária do sujeito com a realidade que “não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *outro*, ou ao *sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sob a forma da autonomia” (PÊCHEUX, 1995, p. 163), fazendo com que o sujeito tenha a impressão de estar tomando uma decisão não forçada, livre de qualquer determinação ideológica. Dito isso, diremos que a memória discursiva é ideológica, por isso, ela:

[...] fornece-impõe a “realidade” e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” *constitui o sujeito em relação como sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito* (PÊCHEUX, 1995, p. 164).

Em função disso, a imagem não representa somente as questões particulares ligadas aos assassinos, mas também a um certo silenciamento da polícia, do Estado e dos órgãos responsáveis diante desses crimes, pois



“todos os aparelhos ideológicos de um Estado contribuem de maneira geral para a reprodução das relações de produção” (PÉCHEUX, 1995, p. 145), mas também para a transformação desses imaginários. Posto isso, a justiça ainda segue sendo falha, mesmo com os registros de corpo de delito, exposição humilhante das mulheres que têm seus corpos marcados por essa violência e expostos nos julgamentos, acabam não punindo de forma justa os agressores.

E o papel das manifestações do *Ni una menos* é contestar essa culpabilização da vítima e essa cultura de ódio às mulheres que reproduz discursos machistas e misóginos mesmo que de forma dissimulada. Se é na ordem da língua que se dá “o encontro entre sujeito e história em sua conjunção ideológica” (ORLANDI, 2007), é pelas frases nos cartazes e pelo corpo em protesto como materialidade significante que o discurso de resistência do *Ni una menos* se faz visível na sociedade e pode receber a escuta necessária à transformação do imaginário sobre a mulher. O movimento funciona, então, como uma organização política de mulheres que lutam contra a opressão do Estado dominado pela ideologia patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do *corpus* discursivo, buscamos compreender como se produz o discurso de resistência na formação discursiva que se vincula ao movimento *Ni una menos*, assim foi possível observar que o processo discursivo opera pela tensão discursiva com a ideologia patriarcal, utilizando de diferentes materialidades para chamar atenção da mídia nas manifestações e se fazer “visível”. Dessa forma, conseguimos desencadear algumas reflexões sobre os “efeitos de sentidos” produzidos por um determinado movimento organizado de mulheres. Observando as “condições ideológicas



da reprodução/transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 1995, p. 133), conseguimos compreender, pelos discursos produzidos dentro da FD feminista, que esta se origina de um acontecimento discursivo.

Nesse caso, temos o imaginário já construído sobre as mulheres que as inferioriza perante os homens, porém observamos haver uma atualização nos dizeres que se deslocam através das condições de produção formando uma nova FD que se opõe a outra já existente. Nessa perspectiva, consideramos que a FD feminista surge desse acontecimento discursivo, e as manifestações são o modo como esse discurso de resistência atua politicamente, ganhando visibilidade por meio da veiculação de frases impactantes como as que aparecem nos cartazes e da exposição dos corpos das manifestantes em posição de protesto.

Portanto, finalizamos esse trabalho com a compreensão de que o surgimento da FD feminista não apaga a existência da FD machista, já que ela continua produzindo discursos na medida em que a FD feminista se mantém em resistência. Entretanto, ressaltamos a grande importância do movimento *Ni una menos* na ação política de mulheres latino-americanas contra os casos de feminicídios para que essas mortes não sejam apenas uma crescente estatística, assim como sua relevância para a transformação do imaginário social sobre a mulher.

REFERÊNCIAS

ABREU, Zina. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Revista da Universidade dos Açores**. Vol. 06, 2ª série, p. 443-469, 2002.



ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Editora Esperança, Lisboa, 1970.

AUTORES. **Corpo, Arte e Discurso militante em uma análise do funcionamento do discurso de resistência na performance *Un violador en tu camino***. No prelo.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. Editora: Difusão européia do livro, São Paulo: 1970.

GONZALEZ, Mariana. “*Brasileiras são aliadas fundamentais*”, diz líder do movimento Ni Una Menos. **UOL**, 09 de março de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/09/ni-una-menos-5-anos.htm>. Acesso em: 29 de julho de 2021.

INDURSKY, Freda. **O discurso do/sobre o MST: Movimento social, sujeito, mídia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Organon, **Revista do Instituto de Letras da UFRGS**. Porto Alegre, Sagra Luzzatto, v. 16, n. 32-33, 2002.

INDURSKY, Freda. Lula Lá: Estrutura e acontecimento. Organon, **Revista do Instituto de Letras da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.

LOPES; GABARDO. Ni una menos: a luta pelos direitos das mulheres na Argentina e suas representações no Facebook. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, n. 4, p. 801-824, 2019.

Mi cuerpo no pide tu opinión. Dejame caminar tranquila! **Pinterest**, 03 de junho de 2016. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/774196992182160208/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.



MIRANDA, Anadir. Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento iluminista a respeito dos direitos das mulheres. **Revista Vernáculo**, n. 26, p. 109-164, 2010.

Ni una menos da Argentina muda o foco para crise econômica e aborto. **Relatório Mundial**. 22 de julho de 2019. Disponível em: <https://allworldreport.com/world-news/argentinas-ni-una-menos-turns-focus-to-economic-crisis-abortion/>. Acesso em: 25 de junho de 2021.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5 ed. São Paulo, Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas, SP. Editora Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. 2 edição. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 1995.

RADDE, Augusto. **Corpo e resistência(s) na constituição do sujeito: O discurso do corpo na Marcha das Vadias**. UFRGS, 2013. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=qSz5X6IAAAAJ&citation_for_view=qSz5X6IAAAAJ:d1gkVwhDploC. Acesso em: 21 de Outubro. Acesso: 20 de novembro, 2020.

SOUSA, Lucília Maria. **O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta da nação**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, março de 2007.

